

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.482 - RJ (2019/0344648-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **SERGIO BERMUDEZ - RJ017587**
: **MARCELO VALÉRIO GONÇALVES - RJ108611**
RECORRIDO : **PANIFICACAO E BAR ITUVERAVA LTDA**
ADVOGADOS : **DANIEL DE FREITAS NOBRE - RJ133348**
: **JUAN RODRIGO LONGO FERREIRA GÓMEZ - RJ152939**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. REGULARIDADE DA COBRANÇA. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO (ART. 9º, § 1º, IX, DO RISTJ). REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO A UM DOS MINISTROS INTEGRANTES DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial apresentado por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 291):

APELAÇÃO CÍVEL. CEDAE. TARIFA DE ESGOTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ARTS. 2º, 3º E 14 DO CDC. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL A SER APLICADO. ART. 205 DO CC/02. SÚMULA Nº. 412 DO E. STJ. CONTROVÉRSIA ACERCA DA REALIZAÇÃO OU NÃO DE PELO MENOS UMA DAS ETAPAS DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO A RESPALDAR A COBRANÇA, COM BASE NO ATUAL ENTENDIMENTO DO EG. STJ (RECURSO REPETITIVO Nº. 1.339.313 - RELATOR EXMO. MINISTRO BENEDITO GONÇALVES). LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO NO SENTIDO DE QUE NÃO HÁ CANALIZAÇÃO DESTINADA DIRETAMENTE À ESTAÇÃO DE TRATAMENTO SANITÁRIO, OCORRENDO LANÇAMENTO DOS DEJETOS NAS ÁGUAS PLUVIAIS DA REDE PÚBLICA. NESTE PONTO, AINDA QUE, DE ACORDO COM O JULGAMENTO DO RECURSO REPETITIVO HAJA PERMISSÃO DE COBRANÇA DA TARIFA MESMO EM TAL HIPÓTESE, ESTA SOMENTE SE AFIGURA POSSÍVEL QUANDO A RÉ REALIZA A MANUTENÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DAS GALERIAS DE ESCOAMENTO, O QUE NÃO RESTOU COMPROVADO PELA CONCESSIONÁRIA NO CASO DOS AUTOS. NÃO CABIMENTO DAS COBRANÇAS,

JÁ QUE NÃO PRESTADO O SERVIÇO PELA RÉ. RESTITUIÇÃO DOS VALORES NA FORMA SIMPLES. SÚMULA Nº. 85 DO TJRJ. DADO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PARA DETERMINAR QUE A DEVOLUÇÃO DOS VALORES REFERENTES À TARIFA DE ESGOTO SEJA EFETUADA NA FORMA SIMPLES.

Nas razões do recurso especial, a recorrente apontou violação ao arts. 9º do Decreto n. 7.217/2010; 206, § 3º, IV ou V, do CC; 927, III, e 932, IV, *b*, do CPC/2015.

Contrarrazões não apresentadas, conforme certificado à fl. 389 (e-STJ).

Em março de 2018, a Terceira Vice-Presidente do TJRJ devolveu os autos à Câmara de origem para exercer juízo de retratação, em virtude do decidido no REsp n. 1.339.313 e no EREsp n. 1.532.514 (e-STJ, fls. 391-393).

Em juízo de retratação, a Vigésima Sétima Câmara Cível do mencionado Tribunal decidiu manter o julgado anterior, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 406-407):

APELAÇÃO CÍVEL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. REANÁLISE DA QUESTÃO CONTROVERTIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC/2015. TARIFA DE ESGOTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONTROVÉRSIA ACERCA DA REALIZAÇÃO OU NÃO DE PELO MENOS UMA DAS ETAPAS DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO A RESPALDAR A COBRANÇA, COM BASE NO ATUAL ENTENDIMENTO DO EG. STJ (RECURSO REPETITIVO Nº 1.339.313 - RELATOR EXMO. MINISTRO BENEDITO GONÇALVES). LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO NO SENTIDO DE QUE NÃO HÁ CANALIZAÇÃO DESTINADA DIRETAMENTE À ESTAÇÃO DE TRATAMENTO SANITÁRIO, OCORRENDO LANÇAMENTO DOS DEJETOS NAS ÁGUAS PLUVIAIS DA REDE PÚBLICA. RECENTE ENTENDIMENTO DO EG. STJ, INTERPRETANDO A TESE DO REPETITIVO, NO SENTIDO DE QUE "NÃO TERIA SIDO INTUITO DO RECURSO REPETITIVO (RESP 1.339.313/RJ) TRANSFORMAR INADMISSÍVEL ILÍCITO ANTISSANITÁRIO, ANTIAMBIENTAL E ANTINCONSUMERISTA EM LÍCITO CONTRATUAL REMUNERADO, POIS NÃO SE EQUIVALEM, DE UM LADO, O USO DAS GALERIAS PLUVIAIS PARA ESCOAMENTO DE ESGOTO TRATADO E, DO OUTRO, A POLUIÇÃO DAS GALERIAS PLUVIAIS, DOS RIOS E DO MAR COM EFLUENTES SEM QUALQUER FORMA DE TRATAMENTO, NEM MESMO PRIMÁRIO. ESSA A (CORRETA) LEITURA QUE SE DEVE FAZER DO REPETITIVO, NO PONTO EM QUE ALUDE À POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS GALERIAS

PLUVIAIS. EM OUTRAS PALAVRAS, SEU EMPREGO SE LEGITIMA SOMENTE QUANDO OS EFLUENTES NELAS LANÇADOS ESTÃO DEVIDAMENTE TRATADOS, ETAPA FUNDAMENTAL DO CHAMADO SANEAMENTO BÁSICO, NÃO BASTANDO O MERO RECOLHIMENTO E DESCARTE." (RESP Nº 1.801.205 -RJ- REL. MINISTRO HERMAN BENJAMIN - JULGAMENTO 11/06/2019). AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA DO JULGAMENTO PROFERIDO NESTE PROCESSO COM O QUE FOI DECIDIDO NO RECURSO REPETITIVO. JULGADO QUE SE MANTÉM NOS TERMOS EM QUE FOI PROFERIDO.

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Analizando os autos, convém observar que a recorrente defende, entre outros fundamentos, a legalidade da cobrança integral da tarifa de esgoto mesmo quando a prestação do serviço é parcial e realizada através das galerias de águas pluviais.

Dispõe o art. 9º do RISTJ que a natureza da relação jurídica em litígio determina a competência entre as Seções desta Corte, e, no caso, está-se diante de competência da Primeira Seção, disciplinada no inciso IX do § 1º do referido dispositivo legal.

Isso porque a matéria da lide trata da legalidade da cobrança da tarifa de esgoto, ainda que ausente o tratamento final de dejetos.

O tema, inclusive, já foi objeto de apreciação pela Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.339.313/RJ, de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves, publicado no DJe de 21/10/2013.

Dessa forma, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator